



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 06 DE JUNHO DE 2007.

(Revogada pela Resolução nº 27, de 09 de julho de 2009)

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO), no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Lei nº 6.945, de 05 de novembro de 1997, o Decreto Estadual nº 3.952, de 06 de março de 2002, alterado pelo Decreto Estadual nº 6.822 de 30 de novembro de 2005;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorgas de direitos de uso de recursos hídricos no Estado do Mato Grosso e dá outras providências;

Considerando a necessidade do estabelecimento de critérios técnicos a serem utilizados pela SEMA para a análise dos pedidos de outorga para captações de águas superficiais de domínio do Estado do Mato Grosso:

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga para captação de águas superficiais de domínio do Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Para a análise de disponibilidade hídrica para captações a fio d'água de águas de domínio do Estado do Mato Grosso, será adotada, como vazão de referência, a Q₉₅ (vazão de permanência por 95% do tempo).

§ 1º - Enquanto o limite máximo de derivações consuntivas em todas as seções consideradas de uma bacia hidrográfica for igual ou inferior a 50% da vazão de referência Q₉₅, as outorgas poderão ser emitidas pela SEMA por médio e longo prazos de validade, baseadas na inexistência de conflito pelo uso da água.

§ 2º - Quando o limite de derivações consuntivas em alguma seção considerada de uma bacia hidrográfica for superior a 50% e igual ou inferior a 70% da vazão de referência Q₉₅, as outorgas poderão ser emitidas pela SEMA com curto prazo de validade, apenas em situação de uso racional da água, em função da possibilidade de ser atingida situação de conflito pelo uso da água.

§ 3º - Quando o limite de derivações consuntivas em alguma seção considerada de uma bacia hidrográfica atingir valor superior a 70% da vazão de referência Q₉₅, pode ser verificada a existência de conflito pelo uso da água, devendo ser suspensa a emissão de novas outorgas até que seja estabelecido o Marco Regulatório de usos da água na bacia.

§ 4º - O limite máximo individual para usos consuntivo a ser outorgado na porção da bacia hidrográfica limitada por cada seção considerada é fixado em 20% da vazão de referência Q_{95} , podendo ser excedido quando a finalidade do uso for para consumo humano e seu uso for considerado racional.

§ 5º - Para as demais finalidades de uso, o limite máximo individual para usos consuntivo poderá exceder 20% da vazão de referência Q_{95} , desde que aprovado pelo CEHIDRO.

Art. 3º A SEMA deverá estabelecer critérios para a definição do uso racional da água por setor usuário e por tipologia de empreendimento, caracterizando o emprego da água em níveis tecnicamente reconhecidos como razoáveis, no contexto da finalidade a que se destinam.

Art. 4º Para as bacias que atingirem a situação de conflito pelo uso da água, com vazões captadas de águas superficiais superiores a 70% da vazão de referência Q_{95} , devem ser procedidos estudos para a definição do Marco Regulatório de usos da água na bacia, que deverá ser o marco referencial de regulação dos usos das águas na bacia.

Parágrafo Único. O Marco Regulatório de usos da água na bacia trata de um conjunto de regras definidas para o uso da água e deverá ser aprovado pelo CEHIDRO, mediante proposta fundamentada da SEMA, discutida com os usuários de recursos hídricos envolvidos na bacia.

Art. 5º Para a análise disponibilidade hídrica de pedidos de outorga em que o curso de água for regularizado pelo interessado, o potencial de regularização será caracterizado em função da garantia de fluxos residuais mínimos equivalentes a 50% da vazão de referência Q_{95} .

Parágrafo Único. O potencia de regulação poderá ser alterado em casos que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente julgar necessário para garantir a viabilidade do corpo hídrico.

Art. 6º Serão considerados usos insignificantes:

§ 1º Para os cursos d'água com vazão de referencia (Q_{95}), até 200 l/s (duzentos litros por segundo), serão insignificantes as captações de valor até 0,15% (zero vírgula quinze por cento) da vazão de referência na seção em análise, não podendo ultrapassar 8640 l/dia;

§ 2º Para os trechos dos rios em que a vazão de referência assume valores superiores a 200 l/s (duzentos litros por segundo), serão consideradas insignificantes as captações de valor até 0,3 l/s (zero vírgula três litros por segundo) da vazão de referência na seção em análise, não podendo ultrapassar 8640 l/dia;

§ 3º - Para bacias (ou sub bacias) hidrográficas que atingirem uma situação onde a somatória de captações e vazões necessárias para diluição de efluentes, dos usos que haviam sido considerados insignificantes, atingir um valor superior a 10% (dez por cento) da vazão mínima de referência, deixará de existir o conceito de insignificante para os novos usos a serem cadastrados, isto é, qualquer nova instalação na bacia, dependerá de outorga.

§ 4º - Um mesmo usuário com vários pontos de captação num mesmo corpo d'água deverá ser enquadrado com base na somatória de suas captações.

Art. 7º Os usuários que se declararem pertencentes à categoria de uso insignificante deverão apresentar à SEMA o 'Cadastro Estadual de Uso Insignificante da Água' de acordo com a legislação pertinente e serão passíveis de ações de fiscalização e sanções penais.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 06 de Junho de 2007.

LUIS HENRIQUE CHAVES DALDEGAN
Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 06/06/2007.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*